



## A LEITURA GEOGRÁFICA DO SISTEMA INTERNACIONAL: CONTRIBUIÇÃO AO ENCONTRO EPISTEMOLÓGICO ENTRE GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS<sup>1</sup>

Edilson Adão Cândido da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo discute a tênue fronteira entre Geografia, Geopolítica e Relações Internacionais, a primeira, vista como uma ciência sistematizada e as outras duas como disciplina e/ou campo de estudo. Para tal empreitada recorre a uma revisão bibliográfica resgatando autores que tangenciaram tal discussão. Enfatizando o território como categoria analítica da Geografia e o sistema internacional como categoria das Relações Internacionais, busca situar a zona de contato desse debate. Permeando essa discussão, apresenta breve explanação em relação ao difícil consenso sobre o conceito de “geopolítica”, ciência para uns, disciplina ou doutrina para outros, prioritariamente sob a visão de estudiosos brasileiros e latino-americanos acerca do tema.

**Palavras-chave:** Território – Sistema internacional – geopolítica – relações internacionais.

### ABSTRACT

This article intends to bring to the discussion the tenuous border between Geography, Geopolitics and International Relations, at first seen as a systematized science and the other two as a discipline or field of study. For such an undertaking, it resorts to a bibliographical review rescuing authors who touched upon such discussion. Emphasizing the territory as an analytical category of Geography and the international system as a category of International Relations, it seeks to locate the contact zone of this debate. Permeating this discussion, it presents a brief explanation of the difficult consensus on the concept of “geopolitics”, science for some, discipline or doctrine for others, especially the view of Brazilian and Latin American scholars on the subject.

**Keywords:** Territory – International system – geopolitics – international relations

---

<sup>1</sup> O presente artigo é parte integrante de pesquisa acadêmica de doutorado desenvolvida no âmbito do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

<sup>2</sup> Mestre em Ciências pela FFLCH-USP e doutorando em Geografia pelo IG Unicamp. [edilsonadao@gmail.com](mailto:edilsonadao@gmail.com) ;



## INTRODUÇÃO

A Geografia como ciência organizou-se a partir da metade do século XIX e consolidou-se ao longo da primeira metade do século XX. As Relações Internacionais como disciplina acadêmica iniciou percurso similar em princípios do século XX, logo após ao término da Primeira Guerra Mundial. Portanto, parte do florescimento de ambas as áreas ocorreu simultaneamente.

Dentre seus segmentos internos, em sua gênese a Geografia moldou-se por meio da temática ambiental e política; talvez Ratzel seja quem melhor expresse essa máxima por sua formação inicial nas ciências da natureza e posteriormente com seus escritos majoritariamente na seara das humanidades. No que diz respeito à Geografia Política (e à Geopolítica) Friedrich Ratzel e Halford Mackinder são os pioneiros maiores. Foi, especialmente o segundo quem primeiro abordou mais enfaticamente as relações internacionais como tema da Geografia, inicialmente com seu clássico discurso em 25 de janeiro de 1904 na Royal Geographical Society e posteriormente em 1919 quando retoma e amplia suas ideias,<sup>3</sup> bem antes de Edward Carr lançar as premissas básicas do realismo em seu “Vinte anos de Crise”, em 1939, um marco na sistematização da Relações Internacionais.

Considerando o meio internacional como parte de seu objeto de estudo, a motivação inicial que rege esse artigo parte da seguinte pergunta disparadora: qual o papel da geografia na leitura do sistema internacional? Logo, o objetivo que o permeia é discutir o papel da Geografia na seara das demais disciplinas que se ocupam da esfera internacional e, conseqüentemente, buscar uma sintonia e analogia da Geografia com a disciplina coirmã, Relações Internacionais. Posto o objetivo do encontro epistêmico das duas áreas, o caminho será por meio de uma revisão bibliográfica que aborde, não só o objeto de estudo de cada disciplina, mas, essencialmente as categorias de análise. Para tanto, recorreremos a um resgate bibliográfico sobre o tema pautado pelo método histórico como embasamento metodológico para tal reflexão e ancorado na dimensão geográfica da Geografia Política e na História das Relações Internacionais como dimensão das RI.

---

<sup>3</sup> The geographical pivot of history e Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction, respectivamente.



## A GEOGRAFIA POLÍTICA DO SISTEMA INTERNACIONAL

Como se sabe, o campo das relações internacionais é objeto de estudo de algumas ciências, a Geografia dentre elas. Vislumbra-se nessa seara, inclusive, um embrionário subcampo recentemente designado por alguns como *Geografia das relações Internacionais*. Pretendemos nesse trabalho contribuir com essa discussão, partindo do pressuposto que o meio internacional é objeto de estudo da Geografia como preconizado epistemologicamente por Milton Santos:

O papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituamos a disciplina e seu objeto. (...) A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com os movimentos da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico.

(Santos et al, 2000: 01)

O laboratório da Geografia sempre foi o mundo, um mundo que contém o território vivido e usado e em constante mutação. O último movimento dessa metamorfose constante na história política da humanidade se deu no último quartel do século XX com o advento da globalização preconizada por Keohane e Nye ainda nos anos 1970. A globalização trouxe o internacional para o cotidiano do cidadão como nunca visto e a partir da década de 1990 esse processo só se intensificou.

Dentre as ciências humanas a Geografia foi das quem mais se ocupou dos estudos sobre tal fenômeno e mutuamente a globalização impactou sobremaneira as diretrizes da Geografia. E a penetração da disciplina no redimensionamento da leitura espacial do mundo fez-se, nitidamente, pela geopolítica, ferramenta da Geografia Política. Nesse contexto, considera-se como marco desse movimento plástico o clássico texto da professora Bertha Becker em 1988 que reincorporaria a geopolítica como discussão acadêmica, “A Geografia e o resgate da geopolítica”, e que lança as bases de muito do que seria discutido na década seguinte. Becker foi visionária do momento presente; o texto a seguir, escrito há mais de trinta anos, poderia perfeitamente ter sido produzido para os dias atuais. Nele, percebe-se uma perspectiva da categoria território como algo



dinâmico, distante da visão ultrapassada que lê o território como objeto estático. diga-se, antes da popularização da expressão geográfica estabelecida como “território usado”:

A questão tecnológica é a questão crucial e o enigma de nosso tempo. A Geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno. Como se imbrica ele com as estruturas globais do poder? Como afeta a natureza e o destino do Estado? E como as estratégias espaciais são instrumento e condição das novas relações de poder? Por um lado, o domínio da tecnologia pelas corporações econômico-financeiras transnacionais põe em xeque o poder do Estado; por outro lado, ela revive a questão nacional relacionada à guerra, na medida em que há evidência da emergência de uma ordem mundial militarizada vinculada à decisão de gastos governamentais, dos Estados-Nação, com considerações estratégicas próprias não como atores isolados e, sim, como partes de um sistema interdependente de Estados-Nação. (...) As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global.

(Becker, 1988: 101-102)

O conjunto de Estados, parte do sistema internacional contemporâneo – a outra são os organismos internacionais e as grandes corporações – é organizado em territórios e delimitado por fronteiras, dois conceitos geográficos que permeiam essa temática, fronteira vista na perspectiva ratzeliana como “franja periférica do território”, portanto, nele contido. Nos territórios os Estados exercem sua soberania e assim convivem e, no limite, não obedecem à nenhuma instância máxima de poder (nem à ONU). Ou seja, no âmbito externo às fronteiras estatais não existe uma instância que detenha o monopólio do poder mundial, uma voz única que se sobreponha ao sistema. Não havendo essa entidade soberana de comando no sistema, os Estados se veem obrigados a buscar uma coexistência pacífica. No entanto, quando não alcançada se chega a indesejada guerra, fato cada vez mais raro em dias atuais, como se sabe. É esse dilema que levou a inúmeros estudos sobre a compreensão do sistema internacional, seja na perspectiva realista, seja na teoria da interdependência complexa (ou neoliberal), para ficarmos apenas em duas das principais escolas de pensamento das RI.

Candidata-se nesse contexto uma Geografia para analisar as relações internacionais ou uma Geografia das relações internacionais que se volta para a observação desse espectro internacional e pautado por um de seus instrumentos, a geopolítica. Para isso recorre ao necessário campo interdisciplinar indissociável às



ciências humanas. Um dos caminhos possíveis para o estudo das relações internacionais é por meio do Estado territorial, perspectiva aberta por Ratzel em fins do século XIX. A atual concepção de Estado moderno tem origem entre os séculos XVI e XVII e seu palco de florescimento é a Europa quando surgiram as primeiras experiências estatais que representavam um povo específico ou um conjunto de povos sob o mesmo soberano e sobre um território delimitado. Uma longa crise da economia e da sociedade europeias ao longo dos séculos XIV e XV delimitaram as dificuldades do modo de produção feudal no último período da idade média oferecendo as condições para uma reviravolta histórica, como acentua o historiador marxista Perry Anderson (1985).

Esses novos atores passam a manter contato entre si aumentando suas relações. Em 1648 ocorre evento decisivo para a história do Estado moderno: a assinatura de Tratado de Westphália (ou Paz de Westphália), dando início ao sistema interestatal que surgia a partir dali, simultaneamente ao enfraquecimento da igreja e de vastos impérios. Uma nova configuração espacial do poder político se organizava na Europa e que posteriormente se alastraria para outras partes do mundo. Era o Estado territorial que mais tarde seria teorizado por Friedrich Ratzel quem ganhava corpo, um novo tipo de Estado que substituíria as experiências anteriores, o protótipo do Estado moderno e que demarcaria seus limites, estabelecendo franjas fronteiriças aos seus domínios: um Estado, um povo, um território e um governo conformavam a nova realidade política a partir do século XVII. Popularmente isso passou a ser chamado de “país”.

É essa configuração de Estados e de poder cujo sistema político instituiu-se e somente seria questionado a partir do advento da corrente neoliberal das Relações Internacionais; questionada, mas não necessariamente revista. E o sistema internacional contemporâneo ainda é motivo de debate no seio da disciplina Teoria das Relações Internacionais. Contudo, inegável que a agenda internacional desse presente século XXI seja marcada por profunda interdependência dos atores do sistema e dos lugares; negar tal realidade é puro anacronismo. Daí a necessidade da leitura dos trabalhos de John Mearsheimer que recoloca o realismo numa nova dimensão e torna-se ao lado de Kenneth Waltz o autor mais influente da nova geração realista.

Após os episódios de Westphália, o Estado se se consolida na Revolução Francesa já como Estado-nação. No entanto, sob a perspectiva de Hobsbawm, a nação não é a razão de ser do Estado, mas sim, o oposto: são os Estados quem contém as nações



(Hobbsbawm, 1991). Torna-se, então, o Estado o organismo político máximo de uma sociedade, a base de qualquer organização social e nos dias atuais, a ampla maioria das sociedades está organizada em torno de um deles. Por sua vez, como ensinou Aron, Estados são unidades políticas, territoriais e autônomas que congregam praticamente todos os 7,5 bilhões de habitantes do mundo contemporâneo. O Estado tem o monopólio do poder político no âmbito interno de suas fronteiras, pois é a autoridade máxima de uma entidade soberana. Mas as coisas mudam de figura quando saímos do âmbito doméstico para o internacional.

Os geógrafos espanhóis Joan Font e Joan Rufi produziram competente trabalho nessa seara. Sua obra permeia com maestria as temáticas aqui abordadas, perpassando por uma leitura geográfica das relações internacionais e da geopolítica. Para tamanho empreendimento dedicam-se particularmente a uma seção sobre o Estado: e a Geografia precisa produzir sua leitura própria de Estado.

Para eles, esse instituto configura-se como conceito polissêmico, portanto, passível de distintas leituras e possibilidades:

Estado é sem dúvida uma palavra polissêmica, e por isso um conceito que apresenta uma diversidade de interpretações. Há exemplos cotidianos do uso de seus múltiplos significados: para alguns é o sentido estritamente administrativo que conta; para outros, Estado é sinônimo de pátria ou território. De outro ponto de vista, exista quem o veja como um aparelho estritamente de repressão; e quem o aprecie, pelo contrário, pelo seu papel de garantidor da liberdade.

(Font & Rufi, 2006: 99)

Dentro dessa visão, trabalham com quatro acepções básicas: o Estado como nação; o Estado como território; o Estado como agente administrativo; Estado como poder (Ibid, 2006). Os autores baseiam-se nos clássicos da teoria política para extrair seu conceito de Estado, especialmente os filósofos italianos Gramsci e Bobbio.

Fazemo-nos valer de Font e Rufi como menção da leitura geográfica de Estado que nessa disciplina tem forte conotação territorial, a partir da leitura social do conceito de território dinâmico e não aquele conceito paralítico de uma Geografia Política estática que alguns historiadores da geopolítica, por não conhecerem a teoria do território, advogaram no afã de uma disputa disciplinar pela arte/doutrina/disciplina “geopolítica”.



Eles não conhecem a percepção de território vivido, de território usado. Território para eles é uma base física imutável e inerte, daí o erro.

Nesse sentido, há ao menos cinco valores básicos e imprescindíveis que o Estado deve defender e garantir: ordem, segurança, liberdade, justiça e bem-estar. Via de regra, a sociedade espera que o Estado cumpra sua função de assegurar a segurança interna e externa. Internamente, o Estado deve impor leis garantidoras da segurança, pois, senão, pode ocorrer a barbárie. No plano exterior, vivemos em um mundo formado por Estados armados, conseqüentemente, sob risco de eventual ameaça externa. A maioria dos países apresenta comportamento pacífico e amigável no sentido de coexistência perante os demais, mas o passado e o presente estão repletos de exemplos no sentido oposto. Assim, o Estado é, em última instância, o garantidor para o exercício do poder interno e externo, logo, das fronteiras. Eis a razão da presente reflexão desse artigo que visa contribuir para uma leitura geográfica do sistema internacional contemporâneo.

### **GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GEOPOLÍTICA**

No esteio temático desse ensaio que busca discutir tal interface, há de se mencionar que configura-se nos anos correntes um esforço epistêmico para a construção de um subcampo da Geografia, a Geografia das relações internacionais, cujo debate é se se trata efetivamente de um novo subcampo ou se um segmento intrínseco à própria Geografia Política, se circunscrevendo nesse caso como uma Geografia das relações internacionais e não uma Geografia das Relações Internacionais.

Como afirmado, a Geografia nasce em grande parte como Geografia Política a partir dos trabalhos de Ratzel no final do século XIX com obra homônima. No início do século seguinte, mais precisamente em 1904, Halford Mackinder lança seu clássico texto-manifesto considerado por muitos o primeiro texto de geopolítica, embora o termo surgisse com Rudolph Kjellén. Ao nosso ver, além de lançar as bases da geopolítica, igualmente, ali com Mackinder era produzido o primeiro texto de Geografia das relações internacionais, sacramentado em 1919 com *Democratic Ideals and Reality* quando, ampliando o conceito de “área pivô” para o “heartland, cravou: “Quem controla a Europa oriental comanda o Heartland; quem controla o Heartland comanda a Ilha mundial; e quem controla a Ilha mundial, comanda o mundo.” (Mackinder, 1942: 106).<sup>4</sup> Quando

---

<sup>4</sup> No original: Who rules East Europe commands the Heartland. Who rules the Heartland commands the World Island. Who rules the World Island commands the World. (Mackinder, 1942: 106).



Mackinder escrevia não se conhecia o verbete “geopolítica” nem tampouco “Relações Internacionais” como disciplina acadêmica, fato que somente se consolidaria no ocaso da Primeira Guerra Mundial.

Alguns autores vêm discutindo recentemente sobre essa interface entre Geografia e Relações Internacionais, casos de Roseira (2015), Senhoras (2015) e Martin (2018) e que tentamos aqui, igualmente, contribuir.

Roseira trilha esse caminho resgatando a geopolítica e considerando-a como ponto equidistante entre as duas áreas e para isso, como outros geógrafos já o fizeram, identifica em Ratzel e Mackinder os pilares básicos da interpretação geográfica da relação entre Estado e o poder mundial. Contudo, seu esforço restringe-se mais a um resgate da geopolítica nos moldes daqueles já preconizado por Berta Becker que propriamente um estudo epistêmico. Diferentemente do que realiza Senhoras (2015) que esforçar-se por produzir talvez aquilo que seja a primeira proposta sistematizada de uma Geografia das Relações Internacionais, mas deixando, como o próprio autor reconhece, muitas lacunas em relação à compreensão epistemológica do que venha a ser propriamente esse “subcampo científico intitulado Geografia das Relações Internacionais” com o “R” e o “I” grafado em maiúsculo (Senhoras, 2015). Identifica a suposta nova disciplina a partir de uma “totalidade epistêmica abarcando a convergência da geografia econômica, política, jurídica e cultural, conhecida como estudos de Geografia das Relações Internacionais” (Ibid, 2015: 33). Contudo, grafa Geografia política em minúsculo em contraponto à nova disciplina, grafada em maiúsculo, o que por si só demonstra uma arriscada preferência metodológica. Em sua perspectiva reconhece ainda dois neologismos pouco usuais no campo epistemológico da Geografia: *geodireito* e *geocultura*.

Em que pese afirmações lançadas para debates e questionamentos mais epistemológicos que metodológicos e que ainda estão à espera de maior aprofundamento teórico, pois Geografia Política e geopolítica são dois intervenientes caros e já consolidados na ciência geográfica sendo, portanto, um desafio aos geógrafos do presente, o autor acerta quando aborda o campo internacional como objeto efetivo de estudo da Geografia.

A transição do paradigma dominante conhecido como geopolítica ou geografia política para um paradigma emergente chamado de



Geografia das Relações Internacionais implica em um contencioso de aceitação e negação que nem sempre se processará de maneira linear, mas antes se fará por meio de negociações acadêmicas através da cristalização de influências na comunidade científica.

(Ibid, 2015: 36)

Na parte introdutória de sua obra em que tece uma nova e autêntica tese de inserção brasileira no mundo em oposição à submissão consentida de Golbery do Couto e Silva aos Estados Unidos, o geógrafo André Martin traz preliminarmente uma breve discussão sobre o surgimento das disciplinas Geopolítica e Relações Internacionais, a primeira a partir dos trabalhos de Ratzel, a segunda, segundo ele, como produto dos Acordos de Paris em 1919 no esteio do término da Grande Guerra. Martin afirma que a disciplina de Relações Internacionais ficou restrita à escola anglo-saxônica e só recentemente apresentou uma expansão global, tal qual, igualmente, ocorrera no Brasil.

Entende as relações internacionais a partir do paralelo que faz com as outras ditas categorias, geopolítica e imperialismo, assim os três conceitos na visão do autor constituem uma tríade para compreensão do poder mundial:

A geopolítica, as relações internacionais e o imperialismo, foram tornando-se pouco a pouco discursos autônomos, isto é, espécies de substâncias autorreferidas, o que afastou ainda mais o fenômeno, da reflexão sobre ele. Num esforço de síntese, podemos assim concluir que as narrativas da geopolítica, do imperialismo, e das relações internacionais, expressam respectivamente as condições do pré-guerra, da guerra, e o projeto dominante para a reconstrução do mundo do pós-guerra.

(Martin, 2018: 22)

Geopolítica e Relações Internacionais não se constituem essencialmente como ciências, mas sim, áreas de estudo e embora abordadas pelas mais variadas ciências humanas, a primeira tem na Geografia e Ciência política as sistematizadoras de seu surgimento, enquanto as Relações Internacionais, nasce do ventre da Ciência Política. Sabe-se do difícil consenso em relação à definição sobre “geopolítica”. Alguns estudos permeiam essa temática conceitual e listam as muitas definições para o verbete. Para ficarmos apenas em dois exemplos, cite-se os recentes estudos de Heisfeld (2020) que traz essa discussão e menciona quatorze definições distintas e reconhece haver tantas outras e de Cabrera (2020) que demonstra forte incômodo quanto ao uso generalizado da



expressão. No presente artigo não cuidamos especificamente dessa temática e como recorte temático partimos do pressuposto que a geopolítica é também uma disciplina acadêmica tal qual Relações Internacionais, essa talvez mais bem definida quanto ao enquadramento acadêmico, embora haja no corpo interno dos internacionalistas forte debate sobre ser ou não as Relações Internacionais uma ciência, igualmente, discussão que está distante do propósito desse artigo.

A penetração da Geografia na seara das relações internacionais se faz pela geopolítica. A maioria dos estudiosos entendem por sua vez que as origens da disciplina devam ser buscadas em Friedrich Ratzel e em Halford Mackinder. Kjellén, oportunamente se apropriaria dos conhecimentos produzidos pelos dois geógrafos para “inventar” o termo em 1904; segundo Tosta (1984) o vocábulo *geopolítica* apareceu pela primeira vez em 1899 numa conferência realizada pelo então professor da Universidade de Gotemburgo, porém a ideia do que venha ser geopolítica já existia na história e nas atitudes.<sup>5</sup> Os grandes tratados iniciais de geopolítica percorreram esse caminho, o da análise das relações internacionais e nesse campo sem dúvida, a primeira grande referência é o clássico de Mackinder, *The geographical pivot of history* de 1904.

Disciplina, ciência, arte, doutrina, campo de estudo, o que seria a geopolítica? Eis uma demanda longe do consenso; seu status é dos mais controversos nas ciências humanas. Por muitos utilizado, o termo é endemicamente multifacetado, guardado por uma conotação de forte subjetividade interpretativa e guarda aspecto polivalente de visões. Na origem, um neologismo; não há consenso sobre sua aura de cientificidade, mas poucos a consideram como um ramo autônomo do conhecimento científico. De nossa parte, entendemos a geopolítica simultaneamente como uma disciplina e um campo de estudo da Geografia e Ciência política e na essência trata-se mesmo de uma modernice criada por Kjellén oriundo da somatória do *sufixo* política e do prefixo *geo*. Aliás, diga-se, em sua obra capital não foi apenas a *geopolítica* que surgiu como neologismo do sufixo *política*, mas um dentre tantos: demopolítica, ecopolítica, sociopolítica, cratopolítica, somam-se àquela que, indiscutivelmente, veio pra ficar: a geopolítica. Não é difícil perceber que o verbete “política” pode dar vazão a inúmeros

---

<sup>5</sup> Não há consenso sobre quando Rudolph Kjellén tenha criado o termo. De fato, já nos deparamos com datas divergentes, fato também confirmado por Heinsfeld (2020). Para esse estudo consideramos o ano mencionado por Tosta que converge com aquele que é considerado o maior conhecedor de Kjellén entre nós, Everardo Backheuser.



neologismos que a converte em sufixo a partir de um prefixo posto. O mais recente é “necropolítica” trazido pelo filósofo camaronês, Achille Mbembe, termo que faz referência sobre quem deve morrer ou permanecer vivo a partir de certas ações sociais de um Estado. Contudo, o campo de estudo em que se converteu a geopolítica foi de tamanha vastidão que não são poucos os autores que tentam dar a ela um status de cientificismo.

A geopolítica ganhou importância na academia a partir das últimas décadas do século passado, quando deixou de ser um aporte monopolizado pelas forças armadas, particularmente no Brasil e América Latina. Nesse texto, é lida como disciplina, como de fato a entendemos em sua essência. Foi o que fez Rudolf Kjéllen ao criar o termo em 1899; certamente partiu para o vocábulo a partir de um conhecimento já produzido por Ratzel por quem foi influenciado e fora admirador. Logo foi seguido no Brasil por Everardo Backheuser que a levou para um curso universitário criando a primeira cátedra de geopolítica no Instituto de Direito Comparado da PUC, em 1948, embora já difundisse o novo verbete em artigos nos anos 1920. Lamentando o período em que a expressão caíra em desgraça no Brasil, lamenta:

Falar em “geopolítica” ... naquele turvo período de ódios desencadeados pela guerra, era quase um crime. No entretanto, muito antes de cair esse anátema sobre o nome e a ciência, isto é, em 1924, muito longe, portanto, do aparecimento de Hitler no cenário mundial, já divulgava eu, em artigos na imprensa carioca ... as ideias de Kjéllen.

(Backheuser, 1952: 47)

E mais a frente, afirma: “Quanto ao Brasil, os primeiros estudos sistemáticos de Geopolítica serão talvez os nossos cursos. Neles tentaremos nos manter dentro da ortodoxia ao código de Kjéllen. (Ibid, 1952: 69).

Além de ser uma ferramenta do Estado (mas não exclusivamente deste), a geopolítica é, igualmente, uma disciplina acadêmica e isso por só já lhe garante espaço nos debates científicos, embora não seja, propriamente, uma ciência o que requereria ampla discussão no campo da filosofia da ciência com diretriz e robustez epistêmica.

Corroboramos a perspectiva de um estudioso equatoriano sobre o tema e que, tal qual nossa visão, entende residir no caráter estratégico do território a chave da compreensão daquilo que se busca definir como geopolítica:



É necessário apontar que o fato de estabelecer uma definição exclusiva de geopolítica implica na redução de uma série de elementos que, de uma forma ou de outra, podem interferir na compreensão do processo ou fenômeno denominado geopolítico. Assim, há autores que estabelecem um predomínio do internacional sobre o nacional, outros enfatizam a qualidade geográfica do fenômeno sobre o entendimento político, enquanto outros ainda dão um valor especial aos processos econômicos, sociais e culturais como parte de uma compreensão geopolítica de um determinado evento. Mas sem prejuízo dos múltiplos pontos de vista que podem ser obtidos a partir de um mesmo conceito, a verdade é que um denominador comum pode ser visualizado em todas as definições, e que a geopolítica, apesar das variantes epistêmicas, inclui uma concepção territorial. Assim, tanto para as correntes positivistas como interpretativas, embora seja verdade que há aspectos em que há maior importância do que outros, o conceito de território e/ou espaço é algo que está presente.

(Toledo, 2017: 169).<sup>6</sup>

Reside em Ratzel, o grande teórico de todos os tempos da principal categoria analítica que envolve a geopolítica, o território, a origem da nova “disciplina”. E em Mackinder o responsável pela ampliação dessa escala de análise geográfica: sua concepção de *heartland* (1919) evoluída do *pivô geográfico* (1904) aumentou a dimensão escalar da Geografia e, por conseguinte, sua derivada, a geopolítica. Em Mackinder, Geografia e Política não se separam, ele próprio, um político profissional, mas não existe a expressão “geopolítica”.

Um profundo e exaustivo estudo entre nós sobre a correlação Geografia Política - geopolítica é, sem dúvida, o de Wanderley Messias da Costa. O trabalho percorre extenso percurso metodológico. Para esse autor não pairam dúvidas: Geografia Política e geopolítica são conceitos distintos, um, uma ciência, o outro um meio. Partindo

---

<sup>6</sup> No original: (...) es necesario señalar que el hecho de establecer una definición exclusiva de la geopolítica, implica la reducción de una serie de elementos que, de alguna u otra forma, pueden intervenir en el entendimiento del proceso o fenómeno que se denomina geopolítico. Es así como hay autores que establecen un predominio de lo internacional por sobre lo nacional, otros que enfatizan la cualidad geográfica del fenómeno por sobre el entendimiento políticos, mientras que otros otorgan un valor especial a los procesos económicos, sociales y culturales como parte de un entendimiento geopolítico a un determinado evento<sup>6</sup>. Pero sin perjuicio de los múltiples puntos de vista que se pueden recabar del mismo concepto, lo cierto es que se puede visualizar un común denominador en la totalidad de las definiciones, y es que la geopolítica, pese a las variantes epistémicas, incluye una concepción territorial. Es así que tanto para las corrientes positivistas como para las interpretativistas, si bien es cierto que hay aspectos en los cuales hay mayor importancia que otros, la concepción de territorio y/o espacio es algo que está presente.



dos pressupostos de Albert Demangeon, corrobora o mestre francês na assertiva de que a geopolítica seria um “desvio científico” e que se deseja ser considerada como ciência deve “retornar à geografia política” (Costa, 1992). Afirma que ao longo de sua constituição os geopolíticos nunca advogaram um caráter científico para ela nem tampouco esforçaram-se na busca de bases teórico-metodológicas para tal, caracterizando-se mais por um conjunto de técnicas ou arte.

Demangeon entendia que a geografia política, esta sim uma ciência, interrompera-se na Alemanha com Ratzel, e a sua retomada só poderia efetivar-se com a dissolução (pela absorção) da geopolítica. Estava assim lançada a tese segundo a qual a geopolítica era um desvio (não científico) na evolução da geografia política, tese esta que seria fartamente repetida por todos os geógrafos e não-geógrafos que examinaram criticamente a história desse campo de estudos. Salvo raras exceções, como aqueles que aceitam a autojustificativa dos geopolíticos de que sua “arte” seria uma “disciplina das ciências políticas”, tem sido demonstrado (mesmo nesse trabalho) que a tese do “desvio”, formulada por Demangeon, é razoavelmente consistente.

(Costa, 1992: 226).

Seu colega de departamento e da mesma geração de estudiosos da geopolítica pensa diferente. Embora reconheça e mencione o trabalho de Wanderley como uma referência no campo de estudo da geopolítica, André Martin trata Geografia Política e Geopolítica como sinônimos, ambos verbetes grafados em maiúsculo em seu texto que, diga-se, incorpora outro termo:

Geografia Política e Geoestratégia são os outros nomes que se dá à Geopolítica. Dita dessa maneira, a frase poderá parecer uma provocação aos especialistas e pouco conseguirá acrescentar ao público leigo. No entanto, quando os noticiários apresentam qualquer chefe de governo ou chanceler justificando determinada decisão em política externa porque apoiada em razões geopolíticas ou geoestratégicas, tal ato imediatamente parece adquirir a aura de uma sentença científica, não dando margem a nenhuma contestação. (...) O adjetivo geopolítico pode vir a ser empregado também num sentido diametralmente oposto, isto é, visando exatamente desqualificar certas atitudes tomadas por um Estado e que pareçam desprezar quaisquer considerações de ordem moral ou a preservação de interesses mais amplos. (...) Aceitemos o fato, por simples economia do nosso tempo, que nos noticiários televisivos se prefira a forma sincopada, mais popular da Geopolítica, do que a outra, mais extensa e que, portanto, demora mais a ser pronunciada.



(Martin, 2018, 31-33)

E reforça o alerta quanto ao debate sobre a diferenciação dos termos:

De qualquer modo, os defensores do rótulo Geografia Política insistem em recordar que a própria obra seminal que inaugurou a disciplina nas universidades de Leipzig e Munique chamava-se Politische Geographie e não Geopolitik e, além disso, asseveram que só a primeira preserva uma postura científica diante do objeto, porque não engajada, ao passo que a segunda apenas representaria um disfarce ideológico para a estratégia expansionista do imperialismo alemão. (...) e a melhor obra de referência para tanto é inegavelmente Geografia Política e Geopolítica, do geógrafo brasileiro Wanderley Messias da Costa.

(Ibid, 2018: 33)

O cientista político Shigenoli Miyamoto (1995), um historiador da geopolítica, entende a mesma como a formuladora da estratégia nacional de um país por meio dos fatores geográficos e valendo-se de Clausewitz, o teórico da guerra, afirma que a geopolítica deve ser pensada em última instância em termos de uma guerra. Tal qual outros autores, Miyamoto se esquivava da afirmação se a geopolítica traz ou não uma conotação científica afirmando não ser esse o propósito de seu trabalho se limitando a dizer que carrega a ambivalência de situar-se entre ciência e doutrina. Mas não deixa de aproximar a geopolítica de uma conceituação:

A geopolítica é, portanto, uma teoria de poder apoiada fundamentalmente no território e só tem valor, (...) se utilizar os fatores geográficos na formulação de uma política ... é tratada aqui como uma forma válida para se entender muito do que diz respeito não só à política doméstica, mas principalmente no que se refere às relações de poder no contexto mundial. Enquanto se detém exclusivamente em seus aspectos geográficos, visando à formulação de uma política estratégica, a geopolítica deve ser entendida como um meio válido para a análise política.

(Miyamoto, 1995: 14-16)

Muitos são os autores que demonstram certo desconforto com a pluralidade de interpretação que oferece o termo “geopolítica.” Lester Cabrera Toledo aponta:

A imprecisão e a amplitude da geopolítica, como um conceito utilizado quase que de forma indiscriminada para explicar fenômenos conflituosos, tem raízes epistemológicas e teóricas. Nesse plano, a conceituação da geopolítica pode ter uma



interpretação tanto da ótica da geografia, quanto da ciência política, dos estudos internacionais e de suas diferentes ramificações disciplinares. Portanto, é possível falar de geopolítica, levando em consideração múltiplos pontos de vista. É exposto a isso se acrescenta que a concepção teórica da geopolítica é difusa, geralmente associando-se equivocadamente à uma perspectiva realista, deixa uma visão enviesada sobre seus postulados e formas de explicar os fenômenos.

(Toledo, 2017: 166-167)<sup>7</sup>

Myamoto reclama com mais veemência:

Sem qualquer pudor, a geopolítica tem sido utilizada de forma indiscriminada para designar situações bastante diversas. Tornou-se comum inserir a palavra geopolítica para se referir a qualquer acontecimento ou assunto. Isso se verifica tanto por parte do meio acadêmico, quanto pelos meios de comunicação de massa (jornais, rádios, televisão, internet, etc.).

Geopolítica do café, geopolítica do verde, geopolítica do futebol, geopolítica da arte, geopolítica da cultura, geopolítica da saúde, geopolítica do desenvolvimento, geopolítica do voto, geopolítica das eleições, geopolítica da habitação, geopolítica da internet, geopolítica do crime, geopolítica do tráfico são apenas algumas das centenas de exemplos que podem ser lembrados e que se converteram em termos explicativos para designar o “estado da arte” ou o estágio em que se encontra determinada área ou tema.

(Miyamoto, 2014: 11)

Na mesma linha dos reclamos sobre a tal imprecisão, José Willian Vesentini registra:

A partir do final da década de 1980, devido às mudanças radicais no mapa-mundi, a palavra geopolítica tornou-se moda. Hoje ela é usada, em alguns meios, para se referir a praticamente todas as discussões políticas e econômicas internacionais – os encontros relativos ao meio ambiente global, as reuniões da OMC ou do

---

<sup>7</sup> Texto no original: La vaguedad y amplitud de la geopolítica, como un concepto que se utiliza casi de manera indiscriminada, para dar una explicación sobre los fenómenos conflictivos, tiene una raíz tanto epistemológica como teórica. En este plano, la conceptualización de la geopolítica puede tener una interpretación tanto desde la óptica de la geografía, como también de la ciencia política, los estudios internacionales, y sus diferentes ramificaciones disciplinarias. Por ende, es posible hablar de geopolítica, tomando en cuenta múltiples puntos de vista. Y si a lo anterior se añade que la concepción teórica de la geopolítica es difusa, generalmente asociándose de manera errónea con una perspectiva realista, deja una visión sesgada sobre sus postulados y formas de explicar fenómenos.



FMI e os protestos contra eles (...) – algo que evidentemente torna essa palavra desprovida de qualquer significado preciso.

(Vesentini, 2000: 10)

No entanto, essa aferição não se iniciou após as transformações dos anos 1990 nem tampouco é recente. Somadas às citações acima de autores contemporâneos e para demonstrar que tal “contenda” acadêmica não é recente, acrescentamos o mesmo incômodo quanto à fugacidade da frágil precisão do vocábulo há muito mencionada por um estudioso da primeira metade do século passado:

O vocábulo “Geopolítica” é um desses neologismos que, nos últimos tempos alcançaram certo prestígio, talvez exagerado, tornando-se a palavra da moda. Exaltada por uns, como chave dos problemas mais complexos da política internacional, detestada por outros, como um produto perverso do nazismo, a Geopolítica é frequentemente deturpada e suas várias definições são geralmente confusas prestando-se a equívocos.

(Guimarães, 1959: 103)

A essas passagens e autores brevemente arrolados poderíamos acrescentar ainda tantos outros que se debruçaram a uma tentativa de conceituar “geopolítica”, sem, contudo, chegar a um consenso. Contudo, a temática geopolítica e seu vínculo quase sempre interligado à temática internacional aproxima daquilo que tentamos defender nesse texto, qual seja, o entrelaçamento dessas perspectivas de tão difíceis separação da Geografia política, Geopolítica e Relações Internacionais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar nas linhas anteriores que o meio internacional é objeto ímpar da Geografia e que existe uma interface pautada por uma tênue fronteira entre essa ciência do espaço e as Relações Internacionais, essa por sua vez enfatizando como sua categoria analítica central o “sistema internacional.” Dentre os sistematizadores das Relações Internacionais como disciplina acadêmica na metade do século XX encontra-se Raymond Aron, ao nosso ver, quem melhor definiu o conceito de “sistema internacional” caracterizando-o como o conjunto de unidades políticas dispostas no espaço internacional (Aron, 2002). Contudo, Aron não faz suas reflexões sem recorrer à Geografia, embora pela vertente mais conservadora e quase determinista, mas



reconhecendo a base territorial como palco dos eventos mundiais, reconhecendo uma “ordem internacional territorial”. Mackinder é sua referência espacial.

Desponta desse contexto posto um novo segmento ou ao menos uma proposta em construção, designada como Geografia das relações internacionais, que se propõe ser a vertente geográfica focada na compreensão das relações de poder mundial vista sob a ótica de uma abordagem espacial, *metier* essencialmente geográfico.

Ratzel, o fundador da Geografia já antevia a perspectiva territorial de uma análise política.<sup>8</sup> Em fins do século XIX, alertava:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Ora, diante de tanta incerteza não é muito melhor ficar no estudo de um elemento real, que é o território, que está sob os nossos pés? O solo é a base mais real da atividade política do homem; e a ciência política verdadeiramente positiva sempre tem um importante conteúdo geográfico. Na política, assim como na história, uma concepção que não levasse em conta o território se voltava à consideração dos sintomas e não das suas causas.

(Ratzel, 1990: 72-81)

À essa teoria do território iniciada por Ratzel no século XIX uma vasta gama de reflexão e sistematização teórico-metodológica viria a ser acrescida principalmente no século seguinte. Para ficarmos em duas dimensões derivadas do geógrafo alemão, mencionamos a perspectiva do território vivido difundido por Claude Raffestin ou o território usado de Milton Santos. E é exatamente a ausência da leitura política do território que se compreende vivido e usado que notamos nas demais disciplinas das ciências humanas que abordam a esfera internacional: muitas vezes parece não haver o uso estratégico do território em suas análises, não se observa a percepção da fronteira como a franja territorial do Estados, conseqüentemente das relações de poder ali existente. Enfim, como pontuou Ratzel há 120 anos, não é possível uma análise política do Estado que abstraia o território e a fronteira.

---

<sup>8</sup> Compartilhando tal título com Karl Ritter de quem era profundo admirador e Alexander von Humboldt.



E é sob essa perspectiva que consideramos a Geografia das relações internacionais: uma leitura política do território e toda sua concepção estratégica que modulam a ação geopolítica, essa dimensão geográfica do poder, recorrendo a uma teoria do Estado para melhor enquadramento da análise do espaço internacional.

Conforme alertado inicialmente esse texto é parte integrante de reflexões teórico-metodológica de pesquisa acadêmica que vem sendo desenvolvida. As reflexões aqui dispostas são, portanto, parte de um esboço maior que, pretende-se, possa aprofundar tais reflexões preliminares.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.
- BACKHEUSER, Everardo. *A geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
- BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da geopolítica. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, t.2, IBGE, 1988.
- COSTA, Wanderlei Messias. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo, Edusp, 1992.
- FONT, Joan N. & RUFÍ, Joan V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo, Annablume, 2006.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo S. *Os fatores políticos no condicionamento do conceito estratégico nacional*. In Tosta, Octávio: *Geopolítica*. A defesa nacional. Seção de Geopolítica, 1959.
- HEISFELD, Adelar. *A trajetória do pensamento geopolítico*. Passo Fundo, Acervus, 2020.
- IBGE, Revista Brasileira de Geografia, vol 50, nº 2, 1988, p: 99-125.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. *Power and interdependence: world politics in transition*. New York, Harper Collin Publishers. 1989. 2ª ed.
- MACKINDER, Halford. *The geographical pivot of history*. London, The geographical journal, nº 4, vol. Xxiii, April, 1904. P: 421 – 444.
- \_\_\_\_\_. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Washington, NDU Press, 1942.



MARTIN, André Roberto. *Brasil, geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery*. São Paulo, Hucitec, 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. São Paulo, Papirus, 1995.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. *A produção das estruturas territoriais e sua representação*. In, SAQUET, Marcos A. & SPOSITO, Eliseu S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo, Expressão Popular/Unesp, 2008.

RATZEL, Friedrich. *O solo, a sociedade e o Estado*. São Paulo, Revista do Departamento de Geografia, n° 2, FFLCH USP, trad; Mario A. Eufrásio, 1983.

\_\_\_\_\_. *Geografia do homem: Antropogeografia*. In MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel. São Paulo, Ática, trad. Fátima Murad, 1990.

\_\_\_\_\_. *As leis do crescimento espacial*. In MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel. São Paulo, Ática, trad. Fátima Murad, 1990b.

ROSEIRA, Antonio Marcos. *Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Revista Continentes, UFRRJ, n° 7, 2015

SANTOS, Milton et al. *O papel ativo da Geografia: um manifesto*. Florianópolis, XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec-Anpur, 1996.

\_\_\_\_\_. *O retorno do território*. In *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec, 1996b.

SENHORAS, Eloi Martins. *A episteme da Geografia das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Intellector, n° 22, vol. XI, 2015.

TOLEDO, Lester Cabrera. *Geopolítica crítica: alcances, límites y aportes para los estudios internacionales en Sudamérica*. México, Foro Internacional (FI), Vol. LX, 2020, núm. 1, cuad. 239, 61-95.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica em América del Sur: desde la militarización de la disciplina a la necesidad del debate académico*. Santiago, Revista Chilena de Derecho Y Ciencia Política, vol 8, n° 2, 2017.

TOSTA, Octávio. *Geopolítica: Primeiro aniversário da seção geopolítica*. Rio de Janeiro, 1959.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company, 1979